

O contexto neoliberal: as recomendações educacionais do Banco Mundial como resposta à crise estrutural do capital

Bráulio Roberto C. Loureiro*

Resumo:

O presente artigo visa a analisar as recomendações educacionais do Banco Mundial (BM) estruturando-se na hipótese de que a essência de tais recomendações responde a um contexto de crise estrutural do capital. O neoliberalismo, enquanto uma das respostas do capital à sua própria crise, reconfigura as chamadas políticas sociais do Estado. No caso das políticas educacionais, pautadas, principalmente, na relação Estados periféricos/BM, nota-se que estas são formuladas a partir da rentabilidade dos investimentos e da redução das despesas do Estado. Além disso, em seu conteúdo, tais políticas dividem o conhecimento a fim de educar o trabalhador do contexto de acumulação flexível. Assim, por meio da análise de documentos do BM, buscamos descobrir suas recomendações educacionais e o modo pelo qual suas diretrizes respondem a um contexto de crise estrutural do capital.

Palavras-chave:

Crise estrutural do capital; neoliberalismo; educação; Banco Mundial.

The neoliberal context: the educational recommendations of the World Bank as a response to structural crisis of capital

Abstract:

This article aims to analyze the educational recommendations of the World Bank based on the assumption that the essence of these recommendations offer a backdrop of structural crisis of capital. Neoliberalism, as one of the responses of capital at its own crisis, reconfigures social policies of the state. In the case of educational policies, guided mainly in relation to peripheral states / World Bank, it is noted that these are made from the return on investments and reducing government spending. Moreover, in its content, these policies share the knowledge to educate the worker in the context of flexible accumulation. Thus, through the analysis of World Bank documents, we seek to analyze its educational recommendations and the way its guidelines respond to a context of structural crisis of capital.

Key words:

Structural crisis of capital; neoliberalism; education; World Bank.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília.

Introdução

De modo geral, a forma pela qual a educação pública é estruturada no capitalismo cumpre objetivos que contemplam condições necessárias à manutenção e ao desenvolvimento de uma sociedade dividida em classes e baseada na exploração dos trabalhadores. No contexto da sociedade burguesa a escola possui funções estratégicas, tanto qualificando minimamente a mão-de-obra quanto reproduzindo a visão de mundo da classe dominante. O conhecimento encontra-se fragmentado e a educação disponível aos filhos da burguesia difere daquela fornecida aos filhos da classe trabalhadora. Enquanto aqueles possuem acesso a um conhecimento sistematizado, estes, quando podem, deparam-se com uma educação/capacitação distante da reflexão e com a finalidade de integrá-los à sociedade como força de trabalho subordinada. Nas palavras de Mészáros, significa “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes” (Mészáros, 2005, p. 35, grifo do autor).

O processo de reforma educacional conduzido pelo Banco Mundial (BM) a partir dos anos 1980-90 também pode ser compreendido como forma de resposta do capital à crise estrutural da década de 1970 via atuação de instituições internacionais. Isto porque as recomendações do BM se mostram em sintonia com exigências básicas do capital em crise. Nota-se que a flexibilidade exigida pelo processo de reestruturação produtiva é vinculada às propostas educacionais do BM. Portanto, para atender às necessidades da produção e da reprodução do capital, a racionalidade econômica ganha destaque e os conceitos econômicos se misturam aos educacionais.

(...) o Banco estabeleceu uma correlação (mais do que uma analogia) entre sistema educativo e sistema de mercado, entre escola e empresa, entre pais e consumidores de serviços, entre relações pedagógicas e relações de insumo-produto, entre aprendizagem e produto, esquecendo aspectos essenciais próprios da realidade educativa. (Coraggio, 1996, p. 102).

O trabalho de analisar o conteúdo e a essência de diretrizes educacionais de uma instituição como o Banco Mundial também permite que as políticas educacionais implementadas no Brasil (e em grande parte dos países periféricos) a partir da década de 1990 possam ser compreendidas dentro de uma totalidade política. Isso porque, no atual contexto do capitalismo neoliberal, o ajuste macroeconômico e social dos países da América Latina, África, Leste europeu e Ásia são realizados, principalmente, a partir do relacionamento entre Estados devedores e organismos internacionais.

No caso brasileiro, os governos de Fernando Henrique Cardoso, em âmbito nacional, e de Mário Covas, no contexto paulista, inauguram um processo de reforma educacional neoliberal que continua se manifestando e sendo refinada nos tempos atuais. Uma reforma baseada, em grande medida, nas recomendações de organismos como o BM. Comumente tidas como progressistas, a aparência de tais políticas educacionais (sustentada por forte propaganda) oculta um conteúdo antissocial, apoiado na ideia de gastar o mínimo com a máxima eficiência.

Entendemos, assim, que as atuais políticas educacionais – focadas na rentabilidade e na abertura do campo educacional para o empresariado – também devem ser compreendidas a partir das necessidades de uma conjuntura de crise do capital. Um contexto em que o *forte* Estado neoliberal busca, via contenção de despesas e ampliação de espaços de exploração, contribuir para a recuperação dos anteriores padrões de acumulação da classe burguesa. A crise estrutural se relaciona com a educação neoliberal na medida em que o Estado capitalista se reorganiza tanto na contenção dos recursos públicos e abertura ao setor privado quanto na formação do trabalhador para o trabalho flexível e a cidadania pedida para os tempos atuais.

Diante disso, por meio da análise dos documentos *Prioridades y estrategias para la educación* (1996) e *Educación media en el Paraguay: logros, opciones y desafíos* (2008), ambos do BM, deseja-se analisar suas recomendações educacionais, possibilitando a compreensão das atuais políticas educacionais hegemônicas não somente a partir de uma corrente de pensamento específica, o neoliberalismo, mas também a partir de necessidades maiores que o capital passa a apresentar a partir da década de 1970. Partimos da noção de que as atuais políticas educacionais não podem ser pensadas fora do campo político e desvinculadas dos atores que as elaboram, dos sujeitos que as implantam e, principalmente, das condições estruturais que as exigem.

Crise estrutural e neoliberalismo

O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, compreendido, de acordo com Antunes, como “expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo” (Antunes, 1999, p. 31), evidencia um período marcado por elevados níveis de desemprego, diminuição do consumo e redução das taxas de lucro da burguesia. Além disso, o aumento das fusões de grupos monopolistas e o crescimento do setor financeiro também representam fatores da existência de uma crise estrutural do capital a partir da década de 1970. Pode-se afirmar que estes fatores se articulam como conseqüências de limites ultrapassados pela expansão capitalista. Sinais de uma crise estrutural que extrapolaria o campo político-econômico e atingiria o campo social e cultural, incluindo o educacional. Segundo Antunes,

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (Antunes, 1999, p. 31).

Nesse sentido, um processo de reestruturação da produção e do trabalho foi conduzido visando, principalmente, a recompor os patamares de acumulação. As tecnologias desenvolvidas no processo de reestruturação produtiva introduziram significativas mudanças na relação capital/trabalho. A busca pelo aumento da produtividade configura um novo cenário marcado pela flexibilização dos processos de produção. Nesse contexto, o neoliberalismo emerge como prática política e econômica que objetiva contribuir para a tarefa de reorganização do Estado e recuperação dos lucros da burguesia.

A burguesia precisava de algo simples e radical para a recomposição do poder do capital. E, de certo modo, os princípios do neoliberalismo contemplavam tais necessidades na medida em que pregavam a instauração de um capitalismo flexível e desregulamentado e atacavam diretamente o trabalho. Portanto, num cenário em que a organização dos trabalhadores tensionava a relação *mais-valia/salário*, a materialização de diretrizes neoliberais por governos surge como meio para que a burguesia reconfigure o Estado, intensifique a exploração do trabalho e recomponha os patamares de lucro.

O neoliberalismo, enquanto resposta ideológica assimilada pelo capital na luta contra sua própria crise, modifica as características de um período marcado por intervenções e gastos do Estado de Bem-Estar Social. Combatendo pragmaticamente os fatores que, *na ótica do capital*, conduziram ao cenário de inflação e estagnação, as soluções neoliberais para a recomposição da economia capitalista estariam em reestruturar o Estado. No entanto, contrariamente à ideia de que o Estado torna-se *mínimo*, entendemos que, no contexto neoliberal, é possível afirmar que este se torna *máximo*, em favor do capital. Para a burguesia, a necessidade de novas políticas que *normalizassem* os padrões de crescimento e acumulação era imediata. Portanto, para atuar na promoção de ajustes macroeconômicos e na ruptura do canal construído em tempos passados para a regulação da relação capital/trabalho, o Estado neoliberal deveria ser forte e amplo, capaz de promover o arranjo político e econômico-financeiro pedido pelas principais frações burguesas.

Teoricamente, a doutrina neoliberal aponta para o domínio do *privado* sobre o *público*; privatização de empresas do Estado; flexibilização das relações de trabalho; combate às regulações financeiras e ao protecionismo econômico dos países, entendidos como obstáculo ao livre comércio internacional; combate a um Estado de Bem-Estar Social ineficiente e injusto (que distribuía aos pobres a renda proveniente dos ricos sem mecanismos de avaliação de mérito); afirmação do mercado enquanto esfera capaz de regular e equilibrar economia e relações sociais, já que a riqueza seria *naturalmente* distribuída; vinculação da liberdade e da democracia ao mercado (reduzindo-as ao exercício de livre escolha dentro de uma esfera livre de intervenções); valorização do campo jurídico enquanto terreno mediador das relações contratuais entre os livres indivíduos; redução das funções do Estado à atuação em setores desinteressantes e não rentáveis para o mercado e à garantia da ordem estabelecida, dos contratos efetuados, da propriedade privada e do livre mercado (Fonseca, 2005).

É importante esclarecer, entretanto, que a apologia do livre mercado não se transporta mecanicamente da elaboração teórica para a aplicação prática. Para que análises e diagnósticos possam ser realizados com mais rigor é preciso considerar as atuais características do capitalismo global e os interesses que movem as principais frações da burguesia.

Em termos práticos, o projeto político do neoliberalismo é movido pela dinâmica monopolista e imperialista de um capitalismo marcado por conglomerados empresariais e organizações internacionais que interferem na

esfera dos Estados, configurando-os segundo as necessidades hegemônicas e as exigências da crise. Portanto, compartilhando da argumentação encontrada nos estudos de Boito Jr., definimos o neoliberalismo prático como “uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista, ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses” (Boito Jr., 1999, pp. 29-30).

O Banco Mundial

O BM surgiu a partir de uma reunião ocorrida em julho de 1944. A reunião fez parte de um processo que tinha a finalidade de definir as características da ordem político-econômica mundial pós-Segunda Guerra. Como resultado do encontro, um conjunto de diretrizes foi formulado e denominado *Acordos de Bretton Woods*. Após alguns anos de sua criação, o BM passou a incorporar características e funções diferentes daquelas que exercia inicialmente. Cabe lembrar que no período de seu surgimento o BM tinha como responsabilidade principal contribuir para o processo de reconstrução do continente europeu assolado pela guerra.

A partir de meados da década de 1950, observa-se uma mudança nos receptores das operações da instituição. O continente europeu, que possuía o posto de principal destinatário das intervenções, passou a dividir atenções com países periféricos. Essa diversificação da clientela do BM também respondeu às disputas oriundas do contexto da guerra fria. O BM representava um instrumento para o desenvolvimento do bloco ocidental e uma ferramenta para a disseminação de práticas e ideias capitalistas e anticomunistas (Silva, 2002).

(...) a bipolaridade passou a influenciar e a conformar políticas de desenvolvimento no âmbito internacional, e o Banco Mundial se envolveu progressivamente nesse processo de estabilização e expansão do sistema capitalista mundial, mediante programas de ajuda e concessão de empréstimos crescentes aos países do Sul a partir do início dos anos 50 (Soares, 1996, p. 18).

A ascensão do neoliberalismo como resposta à crise estrutural do capital introduz princípios desta corrente de pensamento na estrutura de organizações internacionais. As formulações neoliberais passam a constituir arcabouço ideológico de instituições como o FMI e o BM na busca de reconfigurar os países periféricos de acordo com as exigências da crise. Nesse sentido, a atuação de tais instituições se daria no sentido de estabelecer os parâmetros a serem seguidos pelos países devedores. Na prática, isso significa políticas de ajuste macroeconômico, eliminação do controle financeiro, contenção de gastos sociais e implantação de processos de privatização em setores do Estado.

Levados à frente por organismos internacionais, os programas de ajuste estrutural visam tanto a garantir o pagamento da dívida como a eliminar a possibilidade de políticas nacionais incompatíveis com os padrões de desenvolvimento da atual fase do capitalismo global. E é por meio de *condicionalidades* que o BM concede empréstimos, financia projetos e se insere no processo de elaboração da política interna dos países periféricos, conduzindo-os rumo a um projeto de estruturação neoliberal.

A partir de 1980, o BM intensificou sua atuação na periferia ao elaborar recomendações para políticas sociais e educacionais. Sob forte influência da racionalidade de conceitos econômicos, as políticas sociais do BM mostraram-se extremamente atreladas à rentabilidade financeira e ao retorno político dos investimentos realizados.

O BM se aproxima da América Latina, Leste europeu, África e Ásia, principalmente, por meio de um discurso que tem na chamada *globalização* os argumentos para a obtenção do *consentimento* dos países devedores no que tange às recomendações. Recomendações que também refletem a lógica de privatização de serviços públicos, liberalização financeira, abertura comercial e equilíbrio do orçamento, principalmente por meio de corte nos gastos públicos. Nesse sentido, o BM passa a representar importante peça no processo de resposta do capital à sua crise, tanto ajustando as estruturas macroeconômicas dos países membros quanto inserindo novas prioridades e referências no cotidiano das populações assistidas.

Ao longo de sua história o BM sofreu alterações e reformulações em suas formas de atuação. Nota-se que suas funções se modificam de acordo com circunstâncias e necessidades históricas do capital. De um organismo para a reconstrução da Europa, o BM passa a ser sujeito de diretrizes e intervenções em diversos setores dos países periféricos, cumprindo, atualmente, estratégico papel para a sobrevida do capital em crise.

A recomendação da reforma educacional neoliberal

A racionalidade do pensamento de mercado é presença marcante nos documentos expedidos pelo BM como diretrizes para a área da educação. Justificado pelo desenvolvimento tecnológico e pela possibilidade de crescimento econômico, o investimento educacional tem objetivos específicos, perpassando a intenção de integrar as classes subalternas às atividades produtivas no menor tempo e com o menor gasto possível.

De maneira geral, as diretrizes do BM recomendam prioridade dos governos para a educação básica e privatização dos níveis secundário e superior. Além disso, maior eficiência na administração educacional, participação da comunidade na administração e nos custos escolares, descentralização das instituições escolares, análise econômica dos resultados e criação de sistemas de avaliação nacional figuram como metas da reforma educacional proposta.

O documento do BM chamado *Prioridades y estrategias para la educación* (1996) apresenta, principalmente, diretrizes gerais para a condução das políticas educacionais dos Estados. Percebemos que se trata de um documento que traz a área educacional para o foco das discussões sobre desenvolvimento econômico e pobreza. Assim, convoca os Estados, principalmente periféricos, a reformarem seus sistemas educacionais de modo a sintonizá-los com as transformações econômicas que vinham ocorrendo desde 1980. Segundo o BM,

La educación es crucial para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza. La evolución de la tecnología y las reformas económicas están provocando cambios extraordinarios en la estructura de las economías, las industrias y los mercados de trabajo de todo el mundo. El rápido aumento de los conocimientos y el ritmo de cambio de la tecnología plantean la posibilidad de lograr un crecimiento económico sostenido con cambios de empleo más frecuentes durante la vida de las personas. (Banco Mundial, 1996, p. 1, grifo nosso)

Termos como *produtividade, adaptabilidade, qualificação, capacidades básicas e flexibilidade* são utilizados constantemente ao longo do documento do BM. Isto coloca em evidência a relação educação/capacitação estabelecida pelo organismo. Reafirma-se aqui o argumento de que a concepção capitalista de educação do Banco atribui à educação pública a função de produzir mão-de-obra adaptada às transformações do mercado de trabalho, inserindo-a produtivamente na sociedade a partir da posição subalterna que lhe cabe. Nas palavras do BM,

la educación debe estar concebida para satisfacer la creciente demanda de *trabajadores adaptables*, capaces de *adquirir fácilmente nuevos conocimientos*, en lugar de trabajadores con un conjunto fijo de conocimientos técnicos que utilizan durante toda su vida activa. Esta necesidad aumenta la importancia de las *capacidades básicas* adquiridas en la enseñanza primaria y secundaria general (Banco Mundial, 1996, p. 27, grifo nosso).

Sob responsabilidade de profissionais do setor econômico, o macroplanejamento educacional é realizado e recomendado sem que haja a participação de professores e educadores envolvidos com o cotidiano educacional local. Isto contribui para que análises do tipo custo/benefício sejam colocadas como critério principal na confecção das diretrizes educacionais (Coraggio, 1996). As políticas para a educação, sendo elaboradas majoritariamente pelos gestores econômicos do BM, reduzem o papel dos educadores à aceitação da estrutura imposta e ao cumprimento, em âmbito regional, das medidas recomendadas.

Las prioridades educacionales deben establecerse teniendo en cuenta los resultados, *utilizando análisis económicos*, estableciendo normas y midiendo los resultados a través de la evaluación del aprendizaje. Un enfoque en que se tenga en cuenta todo el sector es esencial para el establecimiento de prioridades; no basta con prestar atención solamente a un nivel de educación. En los análisis económicos generalmente se *comparan los beneficios* (en productividad de la mano de obra, medida por los salarios) *con los costos* para las personas y para la sociedad. (Banco Mundial, 1996, p. 10, grifo nosso)

Fica claro que o critério recomendado pelo BM para avaliação das políticas educacionais não se relaciona com noções qualitativas. Por meio de análise econômica os investimentos são direcionados apenas para situações que apresentem um grau satisfatório de rentabilidade. Isso leva o BM a recomendar a prioridade à educação básica, um nível de ensino que, além de dotar os indivíduos de capacidades básicas necessárias para a vida e o trabalho em tempos de *globalização*, atende a grande quantidade de alunos com menores gastos que outros níveis.

Pode-se colocar que, ao apontar para a prioridade no ensino básico, o BM sinaliza para a privatização dos outros níveis. O Banco entende que a educação básica deve ser fornecida à população pelo setor público. Já os níveis médio e superior deveriam ser servidos pelo setor privado. Para aqueles que não pudessem pagar seria criado

um mecanismo de bolsas-mérito. Nesse sentido, as formulações do BM visam a promover a absorção de parte da estrutura educacional pública pelo setor privado. Um processo de mercantilização justificado pelo argumento de que, assim, livra-se a educação da *ineficiência* estatal e se a coloca sob responsabilidade da *eficiência e neutralidade* do mercado. Com isso, a relação produção/consumo teria condições de estabelecer o quanto de educação, qual educação e a que valor a educação pode ser adquirida. No momento em que a educação passa a ser considerada um bem econômico, seus proprietários é que determinam sua qualidade (Coraggio, 1996).

A necessidade de privatizar os setores educacionais superiores é justificada pelo argumento de que “el financiamiento público resulta cada vez más difícil a medida que aumenta la matrícula” (Banco Mundial, 1996, p. 4). O organismo afirma que “los sistemas de educación y de administración imperantes protegen a menudo los intereses de los sindicatos de maestros, de los estudiantes universitarios, de las elites y del gobierno central, y no de los padres, las comunidades y los pobres” (Banco Mundial, 1996, p. 15).

O BM propõe medidas como o pagamento de taxas escolares por parte dos alunos da rede pública e a flexibilização da estrutura de ensino, buscando associar educação e setor privado. As medidas baseadas na redução de gastos públicos traduzem-se na introdução de métodos não-formais de formação, na responsabilização das comunidades pelos custos da educação, nos projetos de ensino a distância, no aumento do número de alunos por professor, entre outros (Fonseca, 1998). Na prática, facilita-se a passagem dos serviços educacionais públicos para o controle da esfera privada.

O organismo recomenda ainda que os locais de ensino e os professores sejam utilizados com maior intensidade a fim de evitar a construção de novas escolas e a contratação de novos professores. Mas, caso novas escolas tenham de ser construídas, o processo de construção deve responder à lógica da máxima eficiência possível. “Los costos de construcción se pueden reducir simplificando los diseños y utilizando materiales apropiados y *mano de obra comunitaria*” (Banco Mundial, 1996, p. 66, grifo nosso).

Um tipo de desconcentração educacional também se constitui como recomendação da instituição. Para que padrões de competitividade e eficiência possam imperar no sistema educacional dos países periféricos, o BM sugere a implantação de processos de descentralização da estrutura educacional. Para o BM, a educação tende a “mejorar cuando las escuelas tienen la autonomía necesaria para usar los insumos educacionales de acuerdo con las condiciones locales y de la comunidad y son responsables ante los padres y las comunidades” (Banco Mundial, 1996, p. 14).

O cenário recomendado seria construído mediante participação efetiva das unidades escolares na administração dos recursos educacionais. Esta participação, por sua vez, incluiria a atuação da comunidade na administração da escola e na captação de recursos para sua manutenção. Com isso, o BM inclui sua estratégia de eficiência e recuperação de recursos na política de descentralização educacional, ao propor à população local que participe dos gastos escolares (Silva, 2005).

Las altas tasas de rentabilidad privada de las inversiones en todos los niveles de educación justifican que las personas hagan inversiones considerables. Justifican también que *las familias o los estudiantes autofinancien la educación* mediante la participación en los costos, sea inmediata o diferida. (...) De hecho, la mayoría de los gobiernos intervienen mucho en todos los niveles de educación, y esa actividad absorbe en muchos casos una porción considerable del gasto público. (Banco Mundial, 1996, p. 58, grifo nosso)

Concluído o processo de descentralização, o BM ainda propõe, como estratégia para mensuração da qualidade do ensino, avaliações de caráter centralizado com a finalidade de fiscalizar os resultados administrativos e educacionais das instituições. As medidas de descentralização, acompanhadas da retórica da autonomia, evidenciam uma ação tendenciosa, pois se descentraliza mantendo um controle via avaliações centralizadas. É a ideia de que, “se na população está a causa dos problemas, na população também poderiam estar suas soluções” (Lima; Martins, 2005, p. 80).

Pode-se afirmar que o documento analisado acima, *Prioridades y estrategias para la educación* (1996), representa uma recomendação de caráter geral para a educação dos países devedores para a década de 1990. Num contexto em que as transformações neoliberais no mundo do trabalho e na economia já se faziam presentes na periferia, era necessário que as instituições do capital sintonizassem os outros setores com a estrutura econômica. Juntamente com as recomendações gerais, ao longo do tempo o BM prosseguiu atuando também em países específicos de forma localizada e direcionada para que a reforma educacional se concretizasse. Com o documento *Educación media en el Paraguay: logros, opciones y desafíos* (2008), percebe-se que o BM direciona suas recomendações ao caso do Paraguai na busca de reafirmar os princípios gerais divulgados no documento de 1996: *qualidade, equidade e eficiência*.

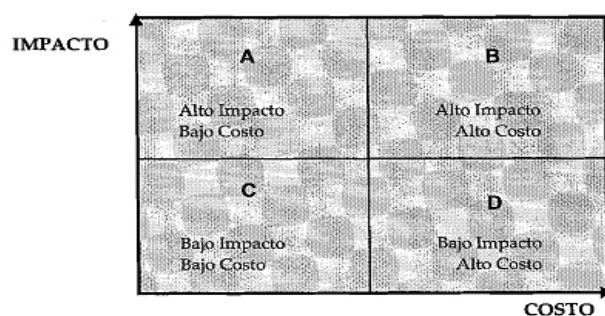
É interessante notar que o Banco estuda a fundo os países aos quais dirige recomendações. No caso do Paraguai, o documento *Educación media en el Paraguay: logros, opciones y desafíos* contém referências amplas sobre o contexto histórico e socioeconômico paraguaio. Indicadores macroeconômicos, demográficos, educacionais, sobre o mercado de trabalho e a pobreza do país são apresentados estrategicamente de modo a justificar a necessidade da assimilação das propostas.

Por meio de um pragmático discurso que vincula a saúde fiscal ao controle dos gastos educacionais, o BM sempre se refere aos países enfatizando a necessidade da eficiência no gasto público. Para isto, o respeito às metas e porcentagens preestabelecidas de gastos educacionais perante o PIB passa a ser tarefa primordial dos países em processo de ajuste.

Sobre isso, numa recomendação feita ao governo paraguaio, o BM coloca:

dado que el porcentaje del PIB destinado a este rubro se encuentra ya por encima de la media regional, el margen de acción fiscal para incrementar el nivel de recursos de intervenciones adicionales es limitado, por lo que resulta crucial elevar la *eficiencia* en el *gasto*, ahora restringida por la gran cantidad de fondos comprometidos en salarios de docentes y personal del MEC (Banco Mundial, 2008, p. VI, grifo do autor).

Num tópico chamado “Eficiencia en el gasto”, o BM apresenta um quadro que deverá servir de análise na avaliação e direcionamento das políticas e projetos educacionais locais. Segundo o BM, “El impacto de las opciones de política y su costo deben considerarse en conjunto para garantizar que se invierta en aquellas areas y acciones donde exista un mayor impacto a menor costo” (Banco Mundial, 2008, p. 91). O quadro é o seguinte:



A ideia, segundo o documento, é situar cada investimento ou intervenção em algum destes quadrantes de modo que sejam avaliados tanto o componente *impacto* quanto o *costo*. Para o BM, “intervenciones con alto impacto y bajo costo son definitivamente recomendables e intervenciones de bajo impacto y alto costo no lo son” (Banco Mundial, 2008, p. 92). Ou seja, o que está em questão não é a qualidade da intervenção e sua contribuição para a formação educacional dos alunos. O componente “impacto” não representa necessariamente qualidade, mas está próximo talvez de quantidade. Logo, traduzimos que o investimento ideal conseguiria abranger o maior número de alunos com o menor gasto possível (conclusão coerente com a prioridade do BM para com a educação básica enquanto nível mais rentável).

Neste documento a descentralização educacional também consta como meta importante no processo de reforma. Como forma de reduzir gastos via responsabilização de localidades, coloca que, para as prioridades que envolvem o processo de descentralização, “se recomienda considerar el mejoramiento de las condiciones estructurales de la infraestructura y los mecanismos de administración y gestión de las instituciones de manera que éstas se fortalezcan y puedan buscar por si mismas estrategias de autofinanciamiento” (Banco Mundial, 2008, p. 89).

A concepção educacional do Banco e os objetivos da educação podem ser mais bem identificados a partir da seguinte relação: segundo o BM, a educação é um importante instrumento para o combate à pobreza, principalmente, via crescimento econômico dos Estados reformados. De acordo com o documento, são três os principais eixos que relacionam educação, economia e alívio da pobreza: a educação incrementaria a produtividade dos trabalhadores; daria maior produtividade do capital físico por meio de uma utilização mais eficiente pelos trabalhadores mais qualificados; aumentaria a capacidade de inovação tecnológica (Banco Mundial, 2008). Nesse sentido, como não caracterizar como resposta neoliberal à crise estrutural do capital uma reforma educacional que cumpre estritamente diretrizes que visam a reduzir despesas e construir as bases educacionais de um processo de intensificação da exploração do trabalho?

Considerações finais

Nota-se que nesta tarefa de reconfigurar a economia capitalista, a relação Estado/setor privado se mostra importante na medida em que o primeiro tende a repassar para o último o controle de setores que antes eram de responsabilidade estatal, aumentando o campo para a reprodução do capital e beneficiando uma emergente burguesia de serviços. Novamente afirmamos que, no neoliberalismo, não foi o Estado que enfraqueceu, mas seu papel enquanto agente redistribuidor, comparado aos tempos anteriores à crise. Por sua vez, o Estado se faz forte na medida em que seu aparato sustenta a agressividade neoliberal e transfere à empresa capitalista os recursos públicos que detêm.

A reestruturação da produção, enquanto resposta à crise do capital, exigiu novas características do trabalhador. Características que deveriam ser formadas sob um processo educacional compatível com os anseios principais do capital em crise: redução dos investimentos estatais e fornecimento ao aluno-trabalhador de competências básicas para o trato com a nova organização flexível do trabalho. Além disso, observamos que essa educação conta com um componente subjetivo não menos importante para a manutenção da hegemonia capitalista em tempos de crise, a noção de *cidadania*.

Constantemente difundida pelos meios de comunicação e também presente nos documentos norteadores da educação pública brasileira, o conceito de cidadania significa, de certa maneira, a formalização da igualdade. Como expressão da luta entre as classes, o discurso da cidadania visa a suprimir o antagonismo burguesia/trabalhadores e produzir um horizonte de inclusão de todos os indivíduos dentro de uma ordem estabelecida, perpétua e inalterável. Segundo Dias, “A reivindicação moderna da cidadania, apesar do que muitos pensam, é a forma de subordinação ‘sem violência’ da maioria à minoria. A igualdade abstrata proclamada serve, serviu e servirá, para ocultar a desigualdade concreta” (2009, p. 30).

Justificada pela missão de formar o cidadão do terceiro milênio, a parceria Estado/BM assume a função de pedagogo com a tarefa de treinar indivíduos predestinados aos substituíveis postos da produção e condicioná-los às necessidades do consumo. Consolida-se, assim, a estrutura educacional (de dupla função) desejada pela burguesia e adaptada ao contexto neoliberal: a primeira para reproduzir a classe trabalhadora, a segunda para reproduzir os dirigentes da sociedade.

As ações do Banco, principalmente no que tange às políticas sociais e educacionais, devem ser analisadas a partir da totalidade dos fatores que as englobam. É necessário compreender politicamente a estrutura em que as diretrizes se inserem e a quem elas, de fato, beneficiam. As políticas educacionais inspiradas nas recomendações do BM e divulgadas a partir de uma aparência democrática podem ocultar forte essência antissocial. As estratégias recomendadas pelos documentos, além de sinalizarem para a privatização de níveis educacionais não rentáveis e não interessantes, expressam a construção e execução de um projeto político-ideológico que visa a, com participação da educação, manter o consenso social.

Mesmo o BM sendo um organismo portador de recursos para investimentos em infraestrutura, fornecimento de empréstimos, condução de políticas sociais, entre outros, portanto, suas diretrizes estão vinculadas a um projeto comprometido com a manutenção da sociabilidade burguesa. Seus métodos para o alívio das mazelas sociais (produto do próprio capitalismo) estão atrelados a conceitos como produtividade, rentabilidade e eficiência. Com isso, suas estratégias assistencialistas e seus ajustes estruturais não são soluções para o mal estar social, mas sim ações que contribuem para que a propriedade privada dos meios de produção continue a organizar a sociedade em exploradores e explorados.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BANCO MUNDIAL. *Educación media en el Paraguay*: logros, opciones y desafíos. Banco Washington, DC: Banco Mundial, 2008. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64187510&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679&entityID=000011823_20080516134252&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679>, acessado em 15 maio 2009.
- _____. *Prioridades y estrategias para la educación*. Washington, DC: Banco Mundial, 1996. Disponível em: <<http://www.fedesp.org.br/documentos.htm>>, acessado em 3 abril 2009.
- BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CORAGGIO, J. L. “Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?” In: TOMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- DIAS, Edmundo Fernandes. “Marx e Gramsci: sua atualidade como educadores”. In: MENDONÇA, Sueli G. de L.; SILVA, Vandeí Pinto da.; MILLER, Stela. (Orgs.). *Marx, Gramsci e Vigotsky*: aproximações. Araraquara/Marília: Junqueira & Marin/Cultura Acadêmica, 2009.
- FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no Terceiro Mundo: evidências do caso brasileiro. *Revista da Faculdade de Educação/USP*, São Paulo, v. 24, n. 1, 1998.
- FONSECA, Francisco. O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.
- LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. “Pressupostos, princípios e estratégias”. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia*: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SILVA, Camila Croso (Org.). Banco mundial em foco: um ensaio sobre sua atuação na educação brasileira e na dos países que integram a iniciativa via rápida na América Latina. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- SILVA, Maria Abádia. *Intervenção e consentimento*: a política educacional do banco mundial. Campinas/São Paulo/ Autores Associados/Fapesp, 2002.
- SOARES, Maria C. Couto. “Banco Mundial: políticas e reformas”. In: TOMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.